02. RECURSO ELEITORAL Nº 4450

RELATOR: JUIZ ANDRÉ RAMY PEREIRA BASSALO
 ORIGEM: DOM ELISEU - PA
 ASSUNTO: CONTRA DECISÃO DO JUÍZO DA 84ª ZE (DOM ELISEU) QUE JULGOU IMPROCEDENTE AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL; NÃO CONFIGURADA A PRÁTICA DE CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO, DE CONDUTA VEDADA E DO ABUSO DE AUTORIDADE; DISTRIBUIÇÃO, NO DIA 02.10.2008, DE CESTAS BÁSICAS PELA PREFEITURA DE ULIANÓPOLIS EM TROCA DE TÍTULOS DE ELEITORES E VOTO, NOS AUTOS DO PROCESSO N.º 369/2008/84ª ZE.
 RECORRENTE : COLIGAÇÃO ULIANÓPOLIS PARA TODOS
 ADVOGADOS : HAMILTON F. A. GUEDES E OUTROS
 RECORRIDO : JONAS DOS SANTOS SOUZA
 ADVOGADOS : FRANCISCO ANTÔNIO TEIXEIRA SANTOS E OUTROS
 Pauta de Julgamento n.º 70 - Elaborada nos termos do Regimento Interno, para julgamento dos processos abaixo relacionados, assim como dos adiados ou constantes de pautas já publicadas: A Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Pará comunica aos interessados que os processos abaixo discriminados foram incluídos em pauta para a Sessão de 07/05/2009, quinta-feira, às 08:30 horas, em cumprimento ao disposto no art. 271, § 2º do Código Eleitoral, c/c art. 105 do Regimento Interno.

RECURSO ELEITORAL Nº 4308

RELATOR: JUIZ ANDRÉ RAMY PEREIRA BASSALO
 ORIGEM: OUREM - PA
 ASSUNTO: CONTRA DECISÃO DO JUÍZO DA 41ª ZONA ELEITORAL (SANTA LUZIA DO PARÁ) QUE JULGOU IMPROCEDENTE AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL POR ABUSO DE AUTORIDADE, EM RAZÃO DA VEICULAÇÃO NA PROPAGANDA INSTITUCIONAL DA PREFEITURA DE SANTA LUZIA DO PARÁ DE PROPAGANDA ELEITORAL DO RECORRIDO, CARACTERIZADA PELO ACRÉSCIMO AO SÍMBOLO DO GOVERNO DO MUNICÍPIO A FRASE: "ACERTEI, ESSE SABE TRABALHAR", NOS AUTOS DO PROCESSO Nº 078/2008/41ªZE.
 RECORRENTE : COLIGAÇÃO MUDA SANTA LUZIA
 ADVOGADOS : LUIZ GUILHERME CONCEIÇÃO DE ALMEIDA E OUTRO
 RECORRIDO : LOURIVAL FERNANDES DE LIMA
 ADVOGADOS : JOÃO DOS SANTOS CORRÊA DA CRUZ E OUTROS
 Pauta de Julgamento n.º 71 - Elaborada nos termos do Regimento Interno, para julgamento dos processos abaixo relacionados, assim como dos adiados ou constantes de pautas já publicadas: A Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Pará comunica aos interessados que os processos abaixo discriminados foram incluídos em pauta para a Sessão de 30/04/2009, quinta-feira, às 08:30 horas, em cumprimento ao disposto no art. 271, § 2º do Código Eleitoral, c/c art. 105 do Regimento Interno.

01. RECURSO ELEITORAL Nº 4387
 RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO FERREIRA NUNES
 ORIGEM: SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA - PA
 ASSUNTO: CONTRA DECISÃO DO JUÍZO DA 48ª ZE (SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA) QUE DESAPROVOU A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA DO RECORRENTE, REFERENTE ÀS ELEIÇÕES 2008, NOS AUTOS DO PROCESSO N.º 242/2008/48ªZE.
 RECORRENTE : LERCIO RODRIGUES PEREIRA
 ADVOGADO : GILSON CARVALHO QUARESMA

02. RECURSO ELEITORAL Nº 4378
 RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO FERREIRA NUNES
 ORIGEM: SÃO FRANCISCO DO PARÁ - PA
 ASSUNTO: DECISÃO DO JUÍZO DA 47ª ZE (SÃO FRANCISCO DO PARÁ) QUE DESAPROVOU A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA REFERENTE ÀS ELEIÇÕES 2008 DO RECORRENTE, NOS AUTOS DO PROCESSO N.º 009/2008/47ªZE.
 RECORRENTE : RAIMUNDO NONATO DE SOUZA FERREIRA
 ADVOGADOS : JOÃO CARLOS LEÃO RAMOS E OUTROS

03. PROPAGANDA PARTIDÁRIA Nº 15
 RELATOR: JUIZ JOSÉ RUBENS BARREIROS DE LEÃO
 ORIGEM: BELÉM - PA
 ASSUNTO: PROPAGANDA PARTIDÁRIA - VEICULAÇÃO - INSERÇÕES, RÁDIO E TV, 1º SEMESTRE 2010
 INTERESSADO : PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA - PSDB/DIRETÓRIO ESTADUAL DO PARÁ

FEITOS JULGADOS:
ACÓRDÃO N.º 22.387
 N.º 22.387

RECURSO ELEITORAL N.º 4067 - PARÁ (Município de Monte Alegre)
 Relator: Desembargador RICARDO FERREIRA NUNES
 Recorrente: COLIGAÇÃO FRENTE POPULAR MUDA MONTE ALEGRE
 Advogados: MÁRIO LÚCIO CONTE MONTEIRO E OUTRO
 Recorridos: JARDEL VASCONCELOS CARMO E ALDENORA COUTINHO
 Advogados: CARIM JORGE MELÉM NETO E OUTROS
 RECURSO ELEITORAL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. ABUSO DO PODER ECONÔMICO. REALIZAÇÃO DE FESTA DANÇANTE. DISTRIBUIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA CARREATA. CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. ABUSO DO PODER ECONÔMICO. AUSÊNCIA DE POTENCIALIDADE LESIVA PARA INFLUENCIAR O RESULTADO DO PLEITO. INEXISTÊNCIA DE PROVAS DE PEDIDO DE VOTOS. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA ATACADA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.

Quando à suposta festa dançante arguida pelo recorrente não restou provado qualquer vínculo entre sua organização e a campanha eleitoral do recorrido com vistas à arregimentação de eleitores. Na verdade, sequer ficou evidente a sua realização. No que pertine ao fornecimento de combustível para o abastecimento de veículos, é fato incontroverso. Todavia não se vislumbra

dentre as provas reunidas pelo recorrente o nexo que vincule aquele ato à obtenção do voto, requisito indispensável à caracterização da conduta reprimida pelo art. 41-A da Lei das Eleições. 3. Recurso conhecido, porém, improvido.

ACORDAM os Juizes Membros do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, à unanimidade, conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.
 Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Pará. Belém, 23 de abril de 2009.
 Desembargador JOÃO JOSÉ DA SILVA MAROJA - Presidente, Desembargador RICARDO FERREIRA NUNES - Relator, Dr. UBIRATAN CAZETTA - Procurador Regional Eleitoral.

ACÓRDÃO N.º 22.388
RECURSO ELEITORAL N.º 4070 - PARÁ (MUNICÍPIO DE VISEU)

Relator: Juiz Federal DANIEL SANTOS ROCHA SOBRAL
 Recorrente: LUIZ ALFREDO AMIN FERNANDES
 Advogados: GUILHERME DE ALMEIDA E OUTROS
 Advogados: JOSIAS FERREIRA BOTELHO E OUTRO
 RECURSO ELEITORAL. REPRESENTAÇÃO. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. CONFECÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E UTILIZAÇÃO DE MAIS DE 400 CAMISAS ADQUIRIDAS COM RECURSOS PÚBLICOS EM PROL DE CANDIDATURA. CONDUTA VEDADA. ABUSO DE PODER ECONÔMICO. ARRECADAÇÃO ILÍCITA DE RECURSOS. PROPAGANDA. CONFIGURAÇÃO.
 1. A conduta estampada na exordial pode, a um só tempo, render ensanhas à sua visualização sob as nuances da Lei nº 9.504/97, como também sob a égide da Lei de Inelegibilidades. "In casu", a confecção, distribuição e utilização de mais de 400 camisetas com recursos públicos municipais em prol da candidatura oficial, com franca exposição em período pré-eleitoral e eleitoral, constitui clara intenção de catapultar determinada candidatura, restando configurados conduta vedada, abuso de poder econômico/político, arrecadação ilícita de recurso e propaganda antecipada.

2. Recurso a que se nega provimento.
 ACORDAM os Juizes Membros do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, à unanimidade, conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.
 Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Pará. Belém, 23 de abril de 2009.
 Desembargador JOÃO JOSÉ DA SILVA MAROJA - Presidente, Juiz Federal DANIEL SANTOS ROCHA SOBRAL - Relator, Dr. UBIRATAN CAZETTA - Procurador Regional Eleitoral.

ACÓRDÃO N.º 22.389
 RECURSO ELEITORAL N.º 4310 - PARÁ (Município de Cametá)
 Relator: Juiz ANDRÉ RAMY PEREIRA BASSALO
 Recorrentes: JOSÉ RODRIGUES QUARESMA E JOSÉ OSVALDO OLIVEIRA DE BARROS
 Advogados: RAIMUNDO NIVALDO FREITAS FURTADO E OUTRO
 Recorridos: JOSÉ WALDOLFI FILGUEIRA VALENTE E BENEDITO CHAVES POMPEU
 Advogado: RAIMUNDO MOREIRA BRAGA NETO
 RECURSO ELEITORAL. REPRESENTAÇÃO POR CONDUTA VEDADA E CAPTAÇÃO ILÍCITA. INICIAL DESACOMPANHADA DE PROVA. INSTRUAÇÃO QUE NÃO PRODUZIU A PROVA NECESSÁRIA À CONFIRMAÇÃO DAS ALEGAÇÕES. RECURSO IMPROVIDO.

O Recorrente não se desincumbiu à contento de produzir prova documental e/ou testemunhal capaz de confirmar as alegações da inicial da representação, impossibilitando o reconhecimento de qualquer das práticas irregulares elencadas na inicial. Recurso conhecido e improvido.

ACORDAM os Juizes Membros do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, por maioria, afastar a preliminar de intempestividade e conhecer do recurso. Votos divergentes dos Juizes José Rubens Barreiros de Leão e José Maria Teixeira do Rosário. No mérito, à unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.
 Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Pará. Belém, 23 de abril de 2009.
 Desembargador JOÃO JOSÉ DA SILVA MAROJA - Presidente, Juiz ANDRÉ RAMY PEREIRA BASSALO - Relator, Dr. UBIRATAN CAZETTA - Procurador Regional Eleitoral.

ACÓRDÃO N.º 22.390
 RECURSO ELEITORAL N.º 3624 - PARÁ (Município de Ananindeua)
 Relator: Juiz ANDRÉ RAMY PEREIRA BASSALO
 Recorrente: COLIGAÇÃO DO POVO DE ANANINDEUA
 Advogado: HÉRCULES ROCHA
 Recorridos: HELDER ZAHLUTH BARBALHO E SANDRA MARIA CAMINHA FONSECA E OUTRAS
 Advogado: INOCÊNCIO MÁRTIRES COELHO JÚNIOR
 RECURSO ELEITORAL. REPRESENTAÇÃO PELO ART. 41-A DA LEI 9.504/97. DISTRIBUIÇÃO DE CERVEJA. CAPTAÇÃO ILÍCITA NÃO CONFIGURADA. INEXISTÊNCIA DE POTENCIALIDADE LESIVA. RECURSO IMPROVIDO.

A distribuição de cerveja em carreta que reuniu simpatizantes dos Recorridos, não teve o objeto de captação de sufrágio, em razão de que o público já demonstrava manifestação eleitoral favorável aos candidatos da coligação que pertenciam os Recorridos.
 Inexistência de potencialidade lesiva capaz de influir no resultado do pleito.
 Recurso conhecido e improvido.
 ACORDAM os Juizes Membros do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, à unanimidade, conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.
 Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Pará. Belém, 23 de abril de 2009.
 Desembargador JOÃO JOSÉ DA SILVA MAROJA - Presidente, Juiz ANDRÉ RAMY PEREIRA BASSALO - Relator, Dr. UBIRATAN CAZETTA - Procurador Regional Eleitoral.

ACÓRDÃO N.º 22.390
 RECURSO ELEITORAL N.º 3624 - PARÁ (Município de Ananindeua)
 Relator: Juiz ANDRÉ RAMY PEREIRA BASSALO
 Recorrente: COLIGAÇÃO DO POVO DE ANANINDEUA
 Advogado: HÉRCULES ROCHA
 Recorridos: HELDER ZAHLUTH BARBALHO E SANDRA MARIA CAMINHA FONSECA E OUTRAS
 Advogado: INOCÊNCIO MÁRTIRES COELHO JÚNIOR
 RECURSO ELEITORAL. REPRESENTAÇÃO PELO ART. 41-A DA LEI 9.504/97. DISTRIBUIÇÃO DE CERVEJA. CAPTAÇÃO ILÍCITA NÃO CONFIGURADA. INEXISTÊNCIA DE POTENCIALIDADE LESIVA. RECURSO IMPROVIDO.

A distribuição de cerveja em carreta que reuniu simpatizantes dos Recorridos, não teve o objeto de captação de sufrágio, em razão de que o público já demonstrava manifestação eleitoral favorável aos candidatos da coligação que pertenciam os Recorridos.
 Inexistência de potencialidade lesiva capaz de influir no resultado do pleito.
 Recurso conhecido e improvido.
 ACORDAM os Juizes Membros do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, à unanimidade, conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.
 Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Pará. Belém, 23 de abril de 2009.
 Desembargador JOÃO JOSÉ DA SILVA MAROJA - Presidente, Juiz ANDRÉ RAMY PEREIRA BASSALO - Relator, Dr. UBIRATAN CAZETTA - Procurador Regional Eleitoral.

RESOLUÇÃO N.º 4.728
PRESTAÇÃO DE CONTAS N.º 2227 - PARÁ (MUNICÍPIO DE BELÉM)
 Relator: Desembargador RICARDO FERREIRA NUNES
 Interessado: EDVALDO FERREIRA LEITE - CANDIDATO AO CARGO DE DEPUTADO FEDERAL - Nº 5656 - PRONA.
 PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA. CANDIDATO AO CARGO DE DEPUTADO FEDERAL. ELEIÇÕES 2006. PARTIDO DE REEDIFICAÇÃO DA ORDEM NACIONAL - PRONA. NÃO APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS ESSENCIAIS PREVISTOS NO ART. 29 DA RESOLUÇÃO TSE 22.250/06. AUSÊNCIA DE EXTRATO BANCÁRIO DEFINITIVO. REJEIÇÃO.
 Esta Corte mantém reiterado entendimento de que a ausência de quaisquer dos documentos essenciais previstos no art. 29 da Resolução TSE nº 22.250 e tampouco do extrato da conta bancária aberta para a Eleição constituem anomalias que extirpam da Justiça Eleitoral a possibilidade de qualquer controle da arrecadação e gastos de campanha, e ensejam a rejeição das contas, com fulcro nos arts. 3º, 29 e 39, III, todos da Resolução TSE nº 22.250/2006.
 RESOLVEM os Juizes Membros do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, à unanimidade, rejeita as contas do interessado, nos termos do voto do Relator.
 Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Pará. Belém, 23 de abril de 2009.
 Desembargador JOÃO JOSÉ DA SILVA MAROJA - Presidente, Desembargador RICARDO FERREIRA NUNES - Relator, Juiz Federal DANIEL SANTOS ROCHA SOBRAL, Juiz JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO, Juiz PAULO GOMES JUSSARA JÚNIOR, Juiz JOSÉ RUBENS BARREIROS DE LEÃO, Juiz ANDRÉ RAMY PEREIRA BASSALO, Dr. UBIRATAN CAZETTA - Procurador Regional Eleitoral. INTIMAÇÃO

PUBLICAÇÃO DE INTIMAÇÃO Nº 61/09
MANDADO DE SEGURANÇA Nº 383
 IMPETRANTE: COLIGAÇÃO QUERO A MUDANÇA, POR SUA REPRESENTANTE LEGAL, SRª. LEILA PACHECO MARQUES,
 ADVOGADO(S): INOCÊNCIO MÁRTIRES COELHO JÚNIOR E OUTROS
 AUTORIDADE COATORA: JUIZ JOSÉ RUBENS BARREIROS DE LEÃO
 Fica INTIMADO o impetrante, por seu advogado, da decisão do Exmo. Sr. Juiz Federal Daniel Santos Rocha Sobral - Relator, proferida nos autos em epígrafe, conforme abaixo:
 "Vistos etc.
 Trata-se de Mandado de Segurança com pedido de Liminar manejado pela impetrante acima identificada em desfavor do juiz do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, Dr. José Rubens Barreiros de Leão, em face de pretenso ato abusivo e ilegal praticado por este no bojo da Ação Cautelar nº 103 (TRE/PA), onde Sua Excelência houve por bem "emprestar efeito suspensivo ao recurso eleitoral interposto pelos autores perante a 65ª Zona Eleitoral de Barcarena, nos autos do Processo 13/2008. Via de consequência devem os requerentes João Carlos dos Santos Dias e Renato Ogawa ser mantidos nos cargos de Prefeito e Vice-prefeito de Barcarena ou reintegrados se já afastados, até a decisão de mérito a ser prolatada no presente apelo".
 Em sua peça de incoação (fls. 02/15), sustenta o impetrante, em suma: a) que andou mal a digna autoridade coatora em emprestar efeito suspensivo ao recurso ordinário em tramitação, uma vez ausentes os requisitos (fumus boni iuris e periculum in mora) essenciais à eclosão de eventual édito liminar; b) que dita liminar se revelou por demais satisfeita, não tendo atentado, ainda, para a firma jurisprudência do TSE e do TRE, que determinam incontrovertidamente a imediata execução de julgados atinentes ao art. 41-A da Lei nº 9.504/97 (captação ilícita de sufrágio); c) que houve clara ofensa à coisa julgada, haja vista que o recurso eleitoral encetado o foi sem a devida observância do pressuposto recursal objetivo da tempestividade; d) que o decism singular baseou-se em farta prova documental e testemunhal, injustificadamente desprezada pelo relator; e) que, inclusive, já adentrou com o competente recurso de Agravo Regimental neste Regional em face da r. decisão impugnada, porém, em face desta não possuir efeito suspensivo, e ante a notória ilegalidade e abusividade do decism, curial se mostra o deferimento de liminar neste writ de modo a emprestar efeito suspensivo ao Agravo Regimental até o seu regular exame pelo plenário do TRE/PA.
 A exordial seguiram-se procuração e documentos de fls. 16/502.
 Em que pese a distribuição do presente remédio heróico em 17/04/2009, este só veio a adentrar em meu gabinete, na Justiça Federal, no dia 23/04/2009, período vespertino, tendo em conta envio equivocado deste a relator diverso (certidão de fl. 502).
 As fls. 504/509, repousa aditamento à inicial que, em conteúdo, repete, nada mais nada menos, equivalência de fundamentos então esposados, em especial preliminar de intempestividade do apelo, arreando, em reforço à sua exegese, mais uma considerável gama de documentos (fls. 510/723).
 É o sucinto relatório. DECIDO.
 O presente mandamus deve ser abortado liminarmente, ante a flagrante ausência de interesse processual, subsumível nas modalidades adequação e utilidade.
 Com efeito, bem analisando a matéria posta, observa-se que o presente Mandado de Segurança reluz escancarada inadequação da via eleita ao tencionar, na prática, a substituição de decisão individual esposada pela pretensa autoridade coatora (Ação Cautelar nº 103) por decisão outra, igualmente de matiz individual, porém de relator diverso e em instrumental jurídico dispare, o que fatalmente poderia via a ocorrer em eventualmente se concedendo efeito suspensivo ao Regimental, na forma pleiteada, situação que, a toda evidência, não há de merecer beneplácito judicial, ora porque esvaziaria o leito natural do exame da medida cautelar em definitivo (plenário do TRE), permitindo açodadas e alternâncias indevidas na cadeira de chefe do executivo municí-